

nar no Direito Administrativo e no Código do Trabalho — semelhanças e diferenças — Jornal O Público, edição de 12/01/2000, p. 13 (artigo de opinião) “Tribunais do Trabalho sem Ministério Público?”.

Conferências/Palestras:

Em 9/2/1996, Direito do Trabalho — Avaliação e Reparação do Dano —, Auditório do CEJ;

Em 27/4/1998, “sobre o Projeto de Proposta de Lei sobre a Revisão do Código do Processo do Trabalho,” a convite da CGTP — Intersindical, em Lisboa;

Em 21 e 22/1/2000 e 4 e 5/2/2000 — “A nova Legislação do Trabalho — Aspetos práticos do novo regime” — no Auditório do CEJ e no Auditório do Centro de Formação do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, respetivamente em 28/1/2002, no Seminário da ARESP — Associação da Restauração e Similares de Portugal — “Contrato a termo” em Lisboa, a convite desta associação empresarial;

Em 3/7/2002 — participação num Painel sobre a “A Reforma do Processo de Trabalho” promovido pelo Centro de Estudos Sociais — Observatório Permanente da Justiça Portuguesa — da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Coimbra;

Em 29/3/2003 — “O Ministério Público na Jurisdição Laboral” participação na Conferência Nacional do SMMP, no Hotel Estoril Eden;

Em 8/7/2004 — intervenção na sessão “Encontro com Magistrados”, no âmbito do XXI Curso Normal de Formação de Magistrados, no CEJ;

Em 17/10/2005 e em 9/1/2006 — participação numa sessão sobre responsabilidade disciplinar dos magistrados, no âmbito do XXIV Curso Normal, no CEJ.

206283173

Despacho n.º 10400/2012

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 42.º, n.ºs 1, alínea b), e 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeado diretor da Unidade Territorial na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o procurador da república licenciado João Manuel Batista Romão, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súplica curricular publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de abril de 2012.

26 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

João Manuel Batista Romão.

Data de nascimento: 7 de fevereiro de 1959.

Naturalidade: Julião da Figueira da Foz.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em julho de 1984;

Curso de pós-graduação em Psicologia pelo Colégio Universitário de Altos Estudos, no Porto, em 2001.

Atividade profissional:

Advogado estagiário na Comarca da Figueira da Foz, de setembro de 1984 a setembro de 1985;

Auditor de Justiça do IV Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1985-1986 e coparticipante no *Caderno n.º 2/87*, publicado pelo Centro de Estudos Judiciários, com o título de três temas de trabalho e o tema «A proteção contra despedimentos de representantes de trabalhadores»;

Auditor de justiça estagiário do Ministério Público da Comarca de Cantanhede, em 1986-1987;

Delegado do procurador da República, em regime de estágio, na Comarca de Pombal, entre setembro de 1987 e abril de 1988;

Delegado do procurador da República estagiário com responsabilidade direta na Câmara de Acusações — Serviços do Ministério Público da Comarca de Coimbra, entre maio e dezembro de 1988;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca de Trancoso, entre 14 de dezembro de 1988 e 14 de fevereiro de 1989, em acumulação com a Comarca da Meda, nesse mesmo período, ambas do Círculo da Guarda;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca do Porto, desde 15 de fevereiro de 1988 a 1 de abril de 1997, a exercer funções:

Tribunal de Instrução Criminal, entre 21 de fevereiro e 14 de setembro de 1989;

Departamento de Investigação e Ação Penal — 4.ª Secção do Ministério Público (Pereira Reis) do Tribunal Criminal, entre 15 de setembro de 1989 e 14 de setembro de 1993;

Tribunal de Menores com PA's e Averiguações Oficiais de paternidade e Maternidade do Tribunal de Família, entre 15 de setembro de 1993 e 15 de setembro de 1995;

Tribunal de Família (2 Juízos e Processos da Curadoria), entre 16 de setembro de 1995 e 1 de abril de 1997;

Procurador-adjunto efetivo no Tribunal Judicial da Comarca da Maia, desde a sua instalação como Comarca de Competência Genérica (2.º e 4.º Juízos, até fevereiro de 1998, e 4.º Juízo, a partir dessa data, acrescidos dos Inquéritos, Processos Administrativos e Instrução Criminal), com exercício efetivo entre 2 de abril de 1997 e 20 de março de 2001;

Representante do Ministério Público na Comissão de Proteção de Menores da Maia, instalada desde 1 de março de 1996 a 15 de setembro de 2000, tendo assumido a presidência nos primeiros dois anos e nos dois anos seguintes o cargo de secretário, em acumulação com o serviço do Tribunal;

Formador do Centro de Estudos Judiciários, entre 1997 e 20 de março de 2001 (formação de auditores de justiça e de procuradores-adjuntos estagiários);

Procurador do Círculo Judicial da Figueira da Foz, com funções de Coordenação entre 21 de março de 2001 e 3 de março de 2008;

Interlocutor do Ministério Público na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, entre abril de 2001 e setembro de 2004, e de março de 2006 a setembro de 2007;

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, a exercer funções na Diretoria do Porto, desde 4 de março de 2008, em comissão de serviço, por nomeação do Ministro da Justiça e sob proposta do diretor nacional, com autorização do Conselho Superior do Ministério Público;

Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009, em comissão de serviço, por nomeação do Ministro da Justiça e sob proposta do diretor nacional, com autorização do Conselho Superior do Ministério Público.

206283238

Despacho n.º 10401/2012

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 42.º, n.ºs 1, alínea b), e 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeado diretor da Unidade Territorial na Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o procurador-adjunto licenciado Luís Manuel Maia Mota Carmo, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súplica curricular publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de abril de 2012.

26 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Luís Manuel Maia Mota Carmo.

Nascido em 11 de abril de 1962, em Lisboa.

Habilitações académicas:

Licenciado em direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa);

Curso de especialização em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Dados profissionais:

De 13 de novembro de 1986 a 27 de julho de 1988 — estágio de advocacia do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados; De 27 de julho de 1988 a 17 de setembro de 1990 — exercício de funções como advogado com escritório no Porto;

De 17 de setembro de 1990 a 15 de setembro de 1992 — auditor de justiça na fase «Teórico-prática» do Centro de Estudos Judiciários;

De 15 de setembro de 1992 a 14 de junho de 1993 — procurador-adjunto estagiário no tribunal judicial da comarca de Cascais;

De 14 de junho de 1993 a 11 de julho de 1997 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real de Santo António;

De 11 de julho de 1997 a 10 de janeiro de 2006 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Tavira;

De 12 de janeiro de 2006 a 20 de agosto de 2006 — procurador-coordenador e formador de magistrados na Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste, no âmbito da missão «UNOTIL — United Nations Office in Timor-Leste»;